

Recebido em mai. 2012
Aprovado em jul. 2012

ÉTICA E FILOSOFIA EM WEIL

MARLY CARVALHO SOARES *

RESUMO

Neste universo da utilização da ética uma pergunta se faz urgente: a ética é filosófica? Sabe-se que Sócrates inaugurou a tradição do pensamento sobre a conduta humana consagrada posteriormente com o nome de ética, cujo objeto é os fundamentos do saber ético. Ela é um saber de natureza filosófica. Weil na esteira do ethos grego tradicional retoma essa relação da ética e da filosofia na sua identidade e diferença. Compreende a moral como um sistema especial no sistema total que se desenvolve na sua obra *Lógica da Filosofia* onde esclarece que a moral não pode se separar da filosofia.

PALAVRAS-CHAVE

Consciência. Conduta humana. Coerência. Indivíduo. Escolha.

* Professora titular do curso de FILOSOFIA da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE.

ABSTRACT

Nowadays with ethics being so relevant, an imperative question arises: Is ethics a philosophical matter? It is well known that Socrates inaugurated the tradition of thinking about human behavior that was later consecrated by the name of ethics, which object is the very own foundation of ethical knowledge. A knowledge of philosophical nature. Weil, in the awake of the Greek ethos resumed to the traditional relation of ethics and philosophy in their identity and difference. Approaching morality as a special system inside a bigger system that he develops in his book "logic of philosophy" in which he states that morality can't be separated from philosophy.

KEYWORDS

Consciousness. Human conduct. Consistency. Individual. Choose.

É oportuno levar em consideração algumas observações preliminares ao introduzir o discurso sobre a filosofia e a ética num contexto que se proclama ora pós-filosófico ou por outro lado também já se anuncia uma ética sem moral. Mas também se nota um grande interesse pelos temas éticos devido à crise espiritual que se constata numa sociedade de constante produção de bens materiais e simbólicos que invadem e ocupam todo o nosso espaço humano que ameaçam e põem em risco a própria sobrevivência das razões de viver e dos valores da vida lentamente descobertos e afirmados ao longo desses três milênios de nossa história. Constata-se ainda um relativismo universal e um hedonismo que não conhecem limites. Daí a urgência da reflexão ética em contrapartida a essa reflexão hedonista e relativista, como tão bem nos explica Lima Vaz e Adela Cortina nos seus livros sobre *Ética Filosófica*. (VAZ, 1999, p. 11).

Repensar esta relação da Filosofia com a Moral significa também no mesmo sentido considerar os fundamentos filosóficos da ética que pode ser considerada uma disciplina ou como também um sistema que contemple todo domínio da reflexão filosófica seja na sua fundamentação como na sua aplicação. Daí tais denominações como: Metaética, Ética fundamental até a Ética aplicada aos mais diversos ramos da atividade humana. Neste universo de utilização da ética, surge certa pergunta, se a ética é filosófica, ou se já pertence a outro campo de pesquisa. Sabemos que desde os tempos socráticos a estrutura e o movimento lógico do pensamento ético

foram desenvolvidos, quando Sócrates avocou ao tribunal de uma razão, ao mesmo tempo críticos e normativos, o *ethos* grego tradicional e inaugurou a tradição de pensamento sobre a conduta humana consagrada posteriormente com o nome de Ética, cujo objeto é os fundamentos do saber ético. Ela é um saber de natureza filosófica. Lima Vaz ainda insiste em delinear: o contexto semântico dentro do qual o termo Ético será designado e a definir assim, em primeira aproximação, o objeto ao qual se aplicarão suas investigações e suas reflexões, bem como caracterizar a natureza e a estabelecer os limites do tipo de conhecimento a ser praticado no estudo da ética.

Creio que a evolução semântica entre ética e moral já esteja consolidado no ambiente acadêmico, porém quando ao conteúdo específico de cada, há ainda divergência e posturas de oposição. Em Aristóteles se passava da ética individual à ética política sem nenhum constrangimento. De tal modo que podemos rememorar que de Aristóteles até Kant, moral, ética e política são semelhantes. A partir de Hegel é que se identificam os diversos domínios de uma moralidade com predomínio da subjetividade do agir, enquanto a ética aponta para a realidade histórica e social dos costumes. A intenção hegeliana de tratar de uma moralidade acrescida de uma eticidade ainda não é compreendida na contemporaneidade, o que o coloca na transição da modernidade para a contemporaneidade. (VAZ, 1999, p. 12-28).

Weil consciente dessas reflexões analisadas e vividas na tradição e diante de um mundo problemático

de hoje continua o exercício árduo do filosofar em busca do contentamento razoável para as grandes questões que marcam esta contemporaneidade como a incoerência ou, a violência nas suas mais diversas modalidades estruturada na vida e no discurso. Para tal solução desenvolve uma Lógica da Filosofia cujo objetivo é buscar a coerência de cada discurso e do discurso com a vida formulando uma Filosofia Moral e uma Filosofia Política que ofereçam orientações para agir. A Lógica da Filosofia é considerada por seus comentadores uma obra fundante que possibilita e expressa vários níveis de pensar e de compreender suscitando novas filosofias e novas maneiras de viver.

O presente texto tem por alvo primeiro expor e argumentar a maneira weiliana de compreender a moral como sistema especial no sistema total que se desenvolve na Lógica da filosofia¹, ou melhor esclarecendo que a moral não pode se separar da filosofia, “o fato é que ,isolada toda proposição é insuficiente, falsa, ou absurda e que só o todo de um discurso pode ser verdadeiro”. (FM. p. 8). Além disso, podemos acrescentar ainda que entre as filosofias especiais, a filosofia moral ocupa um lugar à parte. Toda consciência difusa ou implícita reconhece o valor da moral, é consciente que uma moral cede lugar à outra moral com o perpassar dos tempos. Além do mais, o homem enterrado no cotidiano da vida pode esquecer ou ignorar a moral na sua visão concreta, acarretando assim um grande prejuízo para si e para a vida de uma

¹ As obras citadas serão abreviadas com as seguintes Siglas:
LOGIQUE DE LA PHILOSOPHIE: LP e Filosofia Moral: FM.

nação. Não podemos deixar o indivíduo ao arbítrio de escolhas para as quais não se oferece critério. Mas sim possibilitar ao mesmo, no campo da ação, o que é logicamente satisfatório ao que não é.

1 DA LÓGICA DA FILOSOFIA À MORAL

A filosofia moral de Weil tem como pressuposto o desenvolvimento e o conhecimento da Lógica da Filosofia – enquanto explicitação de todas as categorias-atitudes, isto é, depois de ter pensado todo o pensável, pois é “impensável que outras categorias lógicas pensam mais que o pensável” (LP, p. 427) e no Prefácio de sua filosofia moral nos adverte sobre as exigências necessárias da filosofia especial – no caso entre outras a Moral. A filosofia moral ocupa um lugar particular ainda por outra razão, não só porque ela é especial, mas porque, de princípio, ela diz respeito ao homem na sua totalidade, com seus desejos e problemas.

Weil no seu discurso sobre a Moral destaca várias relações da filosofia com a moral, aprofunda a lógica do discurso moral e coloca a primeira condição necessária de todo discurso filosófico, por especial que seja, a coerência. Mas essa condição é necessária, mas não suficiente, mostrando assim que a própria exigência formal conduz à exigência de outra ordem. A moral precisa ser pensada ao mesmo tempo em que vivida, vivida ao mesmo tempo em que pensada.

Segue-se daí que a reflexão sobre a moral deve se transformar em reflexão moral e terminar por se compreender como aspecto da filosofia uma,

compreensão perigosa para aquele que não rejeita nada mais do que a revelação do que é, e do que ela é, um aspecto da sabedoria na sua refração no indivíduo. (FM, p. 9).

A segunda condição que se coloca é a legitimidade de toda filosofia particular, uma vez que a filosofia envolve o todo do pensamento e dos discursos humanos. Ela compreende e articula o todo. Assim ela é infinita, no sentido em que infinito é o que não se encontra limitado por nada que lhe seja exterior e que o restrinja e é por isso então que o indivíduo deve situar-se no mesmo nível. O indivíduo, enquanto finito se eleva pelo saber filosófico. A filosofia é atividade humana, como bem expressa Weil: “[...] atividade que nasce, assim como qualquer outra, de um desejo humano, dado que os desejos do homem, expressões da necessidade do ser finito, diferem, é natural que as vias que conduzem à filosofia são também diferentes.” (FM, p. 12).

Essas vias são consideradas uma filosofia particular no sentido que a reflexão de cada indivíduo tenta buscar a verdade a partir de sua lógica e de sua realidade. A história mostra que é pelo caminho particular que todos os pensadores se elevaram à filosofia. “Há em primeiro lugar o apelo a uma conversão pela qual o indivíduo entrará no domínio do verdadeiro, do essencial, do bem, da salvação, e se libertará das cadeias da ignorância, do desregramento, da frustração” (FM, p. 12). Os caminhos são diferentes, mas a origem é a mesma.

Toda filosofia particular procede de um interesse vivo no mundo: a filosofia moral a põe, a questão da legitimidade dos interesses existentes no mundo

do indivíduo que se questiona. Esses interesses se apresentam ora sob forma de fins buscados; mas esses fins podem também se encontrar em conflito uns com os outros, seja porque nem todos se contradizem entre si e obrigam a escolha: o problema não é mais apenas como é preciso agir, mas em vista de que é preciso agir. (FM, p. 13).

Daí que a filosofia só aparece quando os homens sentem necessidade dela, necessidade que nasce quando há uma crise moral, ou melhor um embotamento, que motive o caminho para a filosofia. Então se põe a questão é preciso filosofar e por quê? Essa é a origem da filosofia. É preciso um interesse que surja da história vivida.

A terceira exigência dessa reflexão é que a filosofia é para nós uma realidade histórica e determinada, e que todo homem possui uma moral. Ao início parece haver uma moral, mas com o desenrolar e as diversas comunidades diferentes nos seus desejos e conflitos mostram-se diversas morais. No início de todas as morais existe a certeza moral: sabe-se o que é preciso fazer e evitar, o que é bom ou mau, mas após a descoberta das contradições no conflito das morais, perde-se a certeza e surge a necessidade de a reflexão sobre a moral, isto é da moral concreta ou morais concretas. Ela é essencialmente reflexão, olhar voltado para o passado e o presente.

A quarta exigência da reflexão moral se encontra na relação do universal com o particular, onde o universal supera o particular histórico que ela considera fortuito a partir do momento em que ela pensa a

incerteza. Ela se contenta na e pela autocompreensão do discurso que revela a realidade. Ela se realiza na reflexão sobre a moral concreta, sobre as morais concretas, às quais ela se opõe como universal. Ela se revela assim como uma reflexão desinteressada, desmascarando toda incerteza pela afirmação de que toda certeza moral, não é mais que um sonho a qual não corresponde nenhuma realidade. Nisto consiste as morais nas regras seguidas pelos outros.

O filósofo depois de ter pensado todas as atitudes com suas explicitações discursivas, isto é depois de ter pensado todo o pensável (LP, p. 427) depois disso, ele pensa a Filosofia política e, ainda a Filosofia moral., enquanto pensamentos particulares; pressupondo aquilo que as funda, e não sendo compreendidas senão no interior do sistema total – que é a Lógica da Filosofia. Ele pensa particularmente, a categoria da Ação, na Política e a da Consciência, na Moral, porque, a rigor, nós temos de ter presentes todas as categorias da Lógica, para compreender o sentido da moral e da política no sistema.

2 O SENTIDO DA MORAL: REFLEXÃO SOBRE SI MESMO E AÇÃO SOBRE SI MESMO

Dizer o que é a Moral significa fazer ciência, e fazer ciência significa dizer a verdade e a verdade para Weil é o seu pensar sobre a Moral e da Moral. Portanto conceituar a Moral em Weil consiste em apresentar o fundamento da moral; revelar a antropologia existente, mostrar a origem e função da consciência e por fim

mostrar a vida moral construída a partir das virtudes da justiça, da coragem e da prudência. Procuramos permanecer os mais próximos possíveis do texto weiliano.

No §6 Weil reflete sobre a Moral com o objetivo de justificar que toda moral, seja consciente ou inconsciente, “[...] supõe que o homem, capaz de observar regras morais, é ao mesmo tempo imoral: ela reconhece a imoralidade do homem ao reconhecer que ele pode e deve ser conduzido à moral” (FM, p. 17). Portanto a imoralidade é pressuposto da moralidade. Eis aí o ponto de partida da reflexão sobre a moral e da moral. Esta afirmação implica por outro lado, que não há ser humano perfeito, uma vez que o ser perfeito não comporta a imperfeição, como no caso de Deus e dos anjos. A moral é para o homem. Logo a primeira afirmação é verdadeira: o imperfeito exige a perfeição, mas a perfeição não exige a imperfeição. Logo estamos diante de duas espécies: uma da perfeição e outra da imperfeição com a perfeição. Isto é, Deus ou o homem. Esta tese ainda confirma que o homem é imperfeito com outro matiz, que ele é mau e perverso. Esta analogia do imoral com a maldade é essencial ao homem, no sentido que ele pode ser naturalmente bom, como também pode ser naturalmente mau. Esta tese já foi sustentada pelos filósofos das teorias contratualistas, no caso Hobbes e Rousseau. O homem é mau por natureza e o homem é bom por natureza. Daí também se deduz que o homem pode ser bom, como pode ser mau, mas isto só é verdade na relação e nunca separada. Há sempre uma relação dialética que comporta a unidade como também a diferença.

A partir dessa constatação, a moral então revela um novo conceito de homem que pode receber várias denominações: homem amoral, homem natural, homem moral e homem imoral. Esses qualificativos são objetos de estudo de várias ciências e filosofias. O conceito de amoralidade, segundo o autor, encontra várias resistências, uma vez que o “ser amoral” implica o desconhecer de regras concretas de uma comunidade determinada, como também ignora o próprio conceito de regra, nesse caso, só poder ser qualificado como animal. Mas por outro lado, “[...] o homem é também esse animal, útil ou nocivo, atraente ou repugnante, e não pode ser captado só do ponto de vista moral” (FM, p. 19). Ele é visto como um ser humano em sentido biológico. Mas, diz Weil esse próprio julgamento já é moral, mas ele continua um ser natural como possibilidade de ser imoral e, conseqüentemente moral, pois a maldade ou a bondade não são qualidades físicas, pois ambas são qualidades de deus ou do animal. Daí se deduz que o homem natural é uma espécie de pressuposto sobre o qual o ser moral se projeta para se compreender. Pode-se ser mau ou bom, ele não é inteiramente determinado e, portanto pode por e põe a questão do sentido, que é a questão do bem. Acrescenta-se ainda, nesse raciocínio, que o homem considerado como natural é visto como qualquer coisa. Porém esta qualquer coisa só é vista pelo homem e essa animalidade, ou melhor, violência, só é percebida pelo o homem, que já tem a ideia da não violência. A violência é vista na natureza. Só existe a violência porque existe a não violência.

3 A ORIGEM E A FUNÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Assim como chegamos a essa relação do insensato em vista do sentido, “também o homem distingue de modo irreduzível o lícito e o ilícito e se atribui a capacidade de fazer o lícito e de evitar o ilícito. Este fato moral de distinguir se atualiza e se descobre na história e nos conflitos morais” (PM, 21) cujo ponto de partida é a moral concreta que é o campo das prescrições, isto é, das leis. Há necessidade, portanto, de legalistas cujo trabalho é efetivar a ideia de igualdade. Só pela lei somos tratados como iguais – que já independe da natureza e emerge outro valor – que é a dignidade humana. Acresce cada vez mais a capacidade de autonomia e de tomada de consciência – o que vem ao encontro do exercício da moralidade. Mas mesmo nesse grau de consciência, ele ainda não se vê, fora da legalidade, isto é foras das regras. Só o homem segue regras, porque só o homem pode não segui-las e de fato muitas vezes não as segue. Torna-se assim um transgressor, porque tem consciência da falta, e em consequência também violento, porque é um ser moral. Em diversas comunidades animais há também o uso de regra ou melhor adestramento, mas os animais não colocam a pergunta pelo que é lícito ou ilícito. Buscar a origem da regra supõe o sentido da moral.

Outro aspecto a acrescentar nessa via da moralização, é que o ato evidente ou a coisa evidente não produz a moral. A moral só existe quando a certeza é abalada e se percebe a falta de moral que se manifesta com vários nomes; injustiça, crime, roubo, pecado ou

qualquer outro nome. Aí surgem os ritos e as receitas para curar todos esses males.

A moral é parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados. Estes podem, eventualmente, ser questionados pela ética. Uma pessoa pode ser moral, mas não necessariamente ética, pois a ética supõe – obedecer a valores e princípios que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. O problema que se coloca então é saber se essa moral vivida é orientada pela ética, isto é, orientada pela razão e pela liberdade, o que possibilita a abertura ao universal. Agindo assim a moral se torna verdadeira: sua origem está unicamente na liberdade, como vontade de razão e universalidade. Esta superação da individualidade em direção ao universal não pode ser forçada, por isso a importância da educação, ou seja, a proposta de se levar os homens à razão sem recorrer à força e sim à consciência. Esse é o terreno preparado para que a política se torne acessível ao indivíduo. Ele deve partir da moral, uma vez que a “política, não visa ao indivíduo ou ao grupo enquanto tal, mas à totalidade do gênero humano, mesmo sendo a ação de um indivíduo ou de um grupo”. (PP, § 2). Mas devemos reconhecer também o perigo que o homem moral é capaz de satisfazer-se com sua própria dignidade e com suas intenções, mesmo sem nenhuma ação. Por isso a consciência subjetiva deve ser conduzida a superar-se

para se tornar real, isto é, ação histórica, e não só formal, reconhecendo na história – o que ela tem de imoral.

Ao desenvolver os graus da reflexão no itinerário da Lógica da Filosofia nos deparamos com a nova categoria da Consciência (LF, p. 234) que nos parece análoga àquela de Deus. (LP, 176) Em que sentido? Na afirmação de um absoluto, infinito nele mesmo e para si mesmo, condição incondicionada do que se opõe a ele mesmo. Esta condição incondicionada aparece absolutamente a ela mesma, o que significa que não pode ser objeto, que ela é sujeito: “sujeito e não mais eu, consciência de si, pura reflexão em si mesma a partir do seu outro – a condição – e não mais simplesmente sentimento. O homem na atitude da consciência não deve ser confundido com o eu e nem com o crente” (LP, 233). Se o eu ou o coração se opõem a um mundo já determinado, cosmo, criação; a consciência se opõe a um mundo sempre em vista de determinação e de transformação.

Este retorno reflexivo era para fé a oferenda do coração a Deus; na consciência, é o movimento de análise regressiva do eu empírico o seu fundamento transcendental: o sujeito. O sujeito é a fonte originária; Deus é como sentimento criador, a consciência como pura liberdade, Daí não pode ser enquadrada em nenhum esquema, ela se forma e se modifica continuamente. Ela é o ato de perceber, ou melhor, de entender ou ainda de especular. Tudo que é, é para a consciência.

Que relação existe entre a categoria de Deus, da Condição e da Consciência neste contexto de construção da subjetividade?

A dualidade reflexiva do coração e de Deus, do eu finito e do eu infinito se encontram na dualidade do eu e do sujeito. Tudo é posto no interior da consciência. A transcendência é imanente à consciência. O sujeito e o eu não são separados e não podem ser confundidos. A consciência se opõe ao mundo – enquanto mundo posto acabado – uma vez que este mundo, segundo a consciência está sempre a se transformar. De tal maneira que consciência e mundo se opõem e se refazem reciprocamente.

A consciência é o ponto no qual tudo se relaciona – por isso ela é o único ser – uma vez que qualquer coisa é isso ou aquilo. Ela estando acima das coisas, se torna o plano onde se fala de tudo e de todos. Tudo o que o homem pode dizer dele na atitude da consciência é “[...] eu sou anterior a todo sentido, mas sem este eu sou, não haveria sentido em nada” (LP, 234). A consciência aparece como absoluto em face do condicionado.

Esta consciência weiliana corresponde à filosofia transcendental tal qual é desenvolvida por Fichte. A ideia da revolução copernicana e o método de análise regressiva que conduz o real à possibilidade transcendental traduzem assim também a passagem da Condição (mundo) à consciência (sujeito).

Quanto à diferença das demais categorias precedentes que representam também figuras da subjetividade; a consciência é a subjetividade que é a categoria nela mesma e para ela mesma. Ela se opõe como o princípio estruturante do saber da realidade e do saber de si mesmo.

O sujeito da ciência (Condição) se constitui somente nas determinações do tempo – de modo que conceitos – como função, condição, modificação, todos esses conceitos fundamentais se relacionam com o tempo. Por outro lado, a consciência transcende a ciência, uma vez que a consciência em sua originalidade é anterior ao tempo, mas se concretiza no tempo, o que mostra que o saber que a consciência possui não é aquele da ciência. “O homem, porque ele pode se retirar da ciência pode a compreender como uma de suas possibilidades” (LP, 238). Daí se conclui que a ciência é apenas uma das atividades da consciência. Além desta dimensão – do ser – ciência, temos também o ser – liberdade. Neste intercâmbio, está implícito o ser da liberdade que escolheu esta possibilidade e não aquela.

A dimensão teórica do sujeito desemboca na dimensão prática. O sujeito se retira da objetividade da condição concreta para ser, e ser liberdade. Eu posso me destacar dos dados, eu posso me decidir livremente. O homem deve saber que ele não é apenas um ser no mundo, mas que é um ser sobrenatural no mundo. “A filosofia não é o fim, ela tem um fim e este fim não é falar da liberdade, mas de levar o homem a se determinar como livre. O homem é o ser que ultrapassa o mundo da condição, para entrar num mundo que agora tem um sentido; ele é o lugar da decisão humana, do encontro entre a liberdade e a necessidade condicionada” (LP, 243 –244).

A reflexão faz parte integrante da atitude da consciência, levando-a a uma postura de responsabilidade, primeiramente em relação ao mundo e aos homens e

segundo em relação a si mesmo, ao acordo da consciência com ela mesma. A autoafirmação do eu vai de encontro com a intenção de criar uma realidade que seja aquela da harmonia da consciência com ela mesma. Tudo deve convergir para esta realização: passagem do eu ao sujeito.

A vida do homem moral é, portanto privada. Ele procura viver do dever, depois de ter tentado transformar as comunidades tanto no aspecto político econômico e moral. Mas o que permanece é a consciência se procurando a si mesma para se realizar.

A consciência ainda se apresenta na sua dimensão estética como consequência da dimensão moral absoluta. Ela quer destruir a Condição sob outro aspecto, usando o seu lado irônico e imoral. “A consciência, na medida onde ela não é moral, se faz poética, porque a poesia não pode fornecer conteúdos. A poesia é criação, o poeta é criador, a poesia é criada” (LP, 248). A consciência se faz poética, criando sua própria imagem, mas de tal forma que ela continua entre as mãos do seu criador. Ela será, portanto a expressão da liberdade do sujeito, que em sua liberdade se retira de toda a condição, no sentido de poder destruí-la ironicamente. De tal forma que, a obra do poeta não é apenas obra poética, mas também tem uma função de ironia.

A consciência atinge o absoluto pelo distanciamento do conteúdo, negando-o em sua ação. Trata-se de coincidir consigo mesma, como o crente se unia a Deus, isto é, “[...] a coincidência necessária da atitude e da categoria [...] ela deve ser pura ou não ser

de tudo” (LP, p. 255). Mas a consciência está sempre em relação a outro, mesmo para destruí-lo. Que seria a liberdade sem a condição? O sujeito sem o eu? Ela sempre vê o sujeito a partir do eu. Ela não subsiste sem a consciência empírica, mesmo separando-a para encontrar a sua total liberdade.

O sujeito é assim o movimento do retorno da criatura a Deus através da ciência da condição, fim que só pode ser atingido na Condição. O discurso do homem não é mais exterior, ao contrário, é o sujeito que se exprime nele. O indivíduo desaparece e o sujeito se mostra como a humanidade no homem. “O sujeito, não deve ser o ser, para que possa fundar o ser” (LP, p.259). Ele é a condição sui e não causa sui, ele não se produz, mas ele se pressupõe.

A filosofia mesmo como expressão da consciência, é ciência, quer dizer universalmente válida. Ela progride na descoberta das estruturas transcendentais do sujeito, que se mostra ao método analítico ao mesmo tempo como as bases e os esquemas do conhecimento. A subjetividade está presente, mas ela só é compreendida na linguagem da ciência: ela é a condição da objetividade.

CONCLUSÃO

No que diz respeito à relação ética e filosofia, verificamos que, embora possamos encontrar alguns autores que não consideram essa relação e discordam em vários aspectos quanto ao fundamento do agir humano, não podemos esquecer que o vendaval ético espria-se hoje sobre o mundo e invade todos os

campos da atividade humana. É uma alerta para o nosso agir que parece ameaçado por um relativismo universal, hedonismo sem limites e um secularismo que oculta e confunde as razões do viver. Essa situação generalizada exige uma reflexão ética que se fundamenta na filosofia embora com o auxílio de outras ciências.

Weil na esteira da tradição filosófica retoma as reflexões éticas ao longo da história e coloca a Moral como fundamento de todas as atividades, quer sejam práticas ou teóricas. Desenvolve uma Lógica da Filosofia, cuja estrutura dialética comporta várias categorias-attitudes, dentre as quais se destacam a categoria-atitude da consciência que fundamenta a Filosofia Moral e a categoria-atitude da ação que fundamenta a Filosofia Política.

A problemática da Moral consiste exatamente em efetivar a categoria da escolha. Sobre os meios é preciso escolher. A escolha do bem faz problema porque nos colocamos no campo da moral. E nós fazemos problema para nós mesmos justamente porque temos de escolher, isto é, que nós podemos escolher. Nós fazemos problema porque somos seres morais, mas somos morais porque somos imorais. A ação moral visa colocá-lo em acordo consigo mesmo, que é o reconhecimento do desacordo entre o moral-imoral. Ele é moral, porque é imoral.

É dessa constatação que parte a Filosofia moral: “Toda moral [...] supõe que o homem, capaz de observar regras morais, é ao mesmo tempo imoral: ela reconhece a imoralidade do homem reconhecendo que ele pode e deve ser conduzido à moral” (PM, p. 18).

Esta tese se opõe tanto aos que sustentam a bondade natural do homem e a sua pureza essencial, como aos que o consideram como essencialmente mau. O ser humano “[...] pode ser bom porque ele pode ser mau e inversamente” (FM, p. 19). Ele não é nem naturalmente bom, nem naturalmente mau, porque ele nem é um deus e nem um animal. Daí a exigência última para reconhecer que somos imorais, porque somos morais. A moral concreta que por sua vez parte do homem moral-imoral.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. OBRAS DE ÉRIC WEIL

WEIL, Eric. *Hegel et l'État*. Paris: Vrin, 1950 (1966, 1970, 1974, 1980).

_____. *Logique de la Philosophie*. Paris: Vrin, 1950 (1967, 1974, 1985, 1996).

_____. *Philosophie Politique*, Paris: Vrin 1956 (1966, 1971, 1984, 1996).

_____. *Philosophie Morale*, Paris: Vrin 1961 (1963, 1981, 1992).

_____. *Problèmes Kantiens*, Paris, Vrin, 1963, (1970 1982, 1990).

_____. *Logica della filosofia*. Traduzione ed edizione italiana a cura di Livio Sichirollo, Società editrice Il Mulino, Bologna. 1997.

_____. *Lógica da Filosofia*. Trad. Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: É Realizações, 2012.

_____. *Filosofia política*. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Filosofia moral*. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: É Realizações, 2011.

2. OBRAS DE OUTROS AUTORES

Hegel e o Estado. Cinco conferências seguidas de Marx e a Filosofia do Direito. COSTESKI, E. *Atitude, Violência e Estado Mundial Democrático*. São Leopoldo: Unisinos; Fortaleza: UFC, 2009.

SOARES, M. C. *O filósofo e o político*. São Paulo: Loyola, 1998.

VAZ, Henrique C. *Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica*: São Paulo: Loyola, 1999.

